O INSTRUMENTO DE GESTÃO SIMADE E A REGULAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

Carla da Conceição de Lima
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
climapuc@gmail.com

REGULAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO DE MINAS GERAIS

As discussões sobre o modelo de regulação educacional emergiram em consequência da reforma do Estado nos anos 1990, que adotou medidas políticas e legislativas que afetaram a administração pública em geral e, conseqüentemente, a gestão dos sistemas de ensino (TAVARES *et al*, 2020). Constituídas com base nos princípios da Nova Gestão Pública (NGP) – transparência, eficiência, eficácia etc. –, tais medidas, advindas da iniciativa privada, têm sido incorporadas no governo de Minas Gerais desde os anos 2000 e utilizadas para justificar a formulação de políticas públicas, programas, projetos e instrumentos educacionais pautadas na regulação, “mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados.” (BARROSO, 2005, p. 727).

O Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) é um instrumento educacional para a gestão das escolas públicas de Minas Gerais, ou seja, uma ferramenta que possibilita aos gestores atuarem como planejadores, organizadores e avaliadores do processo educativo nos estabelecimentos escolares que estão sob sua direção. O SIMADE foi instituído pela resolução nº 1.180, de 28 de agosto de 2008 e, atualmente, está implementado em 3.644 escolas (VILARDI; PAES DE CARVALHO, 2019). Dessa forma, os gestores – que já organizam o trabalho na escola, liderando e coordenando a rotina das unidades de ensino (DRABACH; SOUZA, 2014), colocando “em ação os elementos do processo organizacional (planejamento, organização, avaliação) de forma integrada e articulada” (SOARES; TEIXEIRA, 2006, p. 157) – são usuários responsáveis pela inserção e atualização de dados no sistema, quais sejam: documentação de alunos e docentes; lançamento de notas, frequência, transferência, desempenho e rendimento discente; organização curricular (base nacional comum e parte diversificada); Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre outros.

Este trabalho tem como objetivo analisar a regulação instituída pelo SIMADE na gestão escolar. Em última instância busca-se observar os efeitos da regulação do

SIMADE na rede pública estadual de Minas Gerais e sua influência na gestão das escolas. O referencial teórico baseia-se nos estudos do campo da gestão escolar: Drabach e Souza (2014); Soares e Teixeira (2006); Oliveira e Paes de Carvalho (2018); Leal e Novaes (2018) e sobre o SIMADE: Vilardi e Paes de Carvalho (2019).

CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de uma investigação quantitativa com base em um questionário aplicado aos 3.644 gestores escolares da rede pública estadual de Minas Gerais. Enviado por e-mail entre outubro de 2017 e janeiro de 2018, o questionário foi composto por 38 questões que abordavam o perfil do gestor, características do acesso e uso do SIMADE e respondido por 586 gestores escolares.

Para este estudo, selecionamos as questões sobre o perfil do gestor (sexo, cor, idade e tempo na gestão) e para captar a percepção sobre a regulação optamos por analisar as perguntas: (i) “Em seu cotidiano, você utiliza o SIMADE? Se sim, como?”, que, por ser aberta, possibilitou um espaço de expressão menos guiada do respondente sobre o tema; e (ii) “Marque qual é o seu nível de concordância com cada uma das alternativas abaixo sobre o SIMADE”, especificamente as alternativas “As funcionalidades do SIMADE satisfazem totalmente minhas necessidades profissionais” e “Estou satisfeito com o funcionamento do SIMADE”, com opções de respostas que variam de discordo totalmente, discordo em parte, concordo em parte a concordo totalmente.

O QUE DIZEM OS GESTORES ESCOLARES

Os resultados captados pelo questionário apontam a predominância de diretores do sexo feminino (72,1%), resultado que confirma a expressiva presença feminina no campo da educação escolar, conforme já assinalado por Soares e Teixeira (2006), o que também evidencia que as mulheres têm assumido não apenas os cargos de docência dentro das escolas. No que se refere à cor, o resultado é semelhante ao já constatado por Oliveira e Paes de Carvalho (2018), pois há predominância da cor branca (50,5%) e da cor parda (41,1%). A média de idade é 48 anos, embora as faixas etárias que predominam sejam a de 41 a 50 anos (39,9% diretor) e de 51 a 60 anos (38,6% diretor). No que se refere à atuação na direção da atual escola (que participa do *survey*), a média é de menos de dois anos.

No que concerne à regulação, a análise da questão “Em seu cotidiano, você utiliza o SIMADE? Se sim, como?” reverberou em dois tipos de regulação, a partir da percepção dos diretores: a) pedagógica; b) administrativa. A regulação pedagógica, assinalada por 138 gestores, vislumbra apenas a assiduidade discente e o produto da aprendizagem, ou seja, rendimento e desempenho, indicando intrínseca articulação com eficiência e eficácia, princípios essenciais da NGP, como já observado por Drabach e Souza (2014). Essa dimensão é perceptível em respostas como: “sim, análise de frequência, rendimento dos alunos (diretor 139); “Sim. Consultas, acompanhamento número de alunos para quadro de escola, frequência, desempenho” (diretor 89); “Sim, dados dos alunos, frequência e avaliação” (diretor 470).

A regulação administrativa, assinalada por 261 gestores, visa apenas ao prescrito na resolução nº 1.180, isto é, inserção, fidedignidade e atualização dos dados educacionais no sistema, além de promover organização e padronização do trabalho desenvolvido na escola. Essa dimensão, como já observado por Leal e Novaes (2018), apresenta traços de uma escola voltada para funcionar como uma “organização educativa” baseada em leis, decretos, normas etc., do sistema de ensino. Pode-se perceber essa dimensão em respostas como: “sim, relatórios, boletins, distribuições de turmas” (diretor 250); “Sim, como ferramenta para a organização da escola” (diretor 559); “Sim, para a organização escolar” (diretor 428).

Já a regulação técnica, assinalada por cerca de 100 gestores, se refere à percepção sobre a regulação incutida pelo próprio sistema, e foi apreendida pelas alternativas “As funcionalidades do SIMADE satisfazem totalmente minhas necessidades profissionais” (17,4% discordam em parte ou totalmente); e “Estou satisfeito com o funcionamento do SIMADE” (16% discordam em parte ou totalmente). Infere-se que a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), que define as funcionalidades e o funcionamento do sistema, conduz a um uso do SIMADE que pode não estar totalmente alinhado às especificidades das escolas. Também induz a um estilo de gestão, pautado no uso da tecnologia, que não necessariamente corresponde à realidade das escolas, e sequer aos anseios dos gestores escolares.

CONCLUSÕES

Denota-se na regulação do SIMADE uma face burocrática e prescritiva que configura a atuação dos gestores escolares ao restringir, pedagógica, administrativamente e por meio da tecnologia, os aspectos que devem ser monitorados e valorizados pela gestão escolar. Dessa forma, o SIMADE é um instrumento que legitima e regula determinadas regras, fundamentadas na NPG, especialmente na eficiência e eficácia, em detrimento da autonomia administrativa e pedagógica, princípios tão caros à gestão escolar.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.
- DRABACH, N. P.; SOUZA, A. R. de. Leituras sobre a gestão democrática e o “gerencialismo” na/da educação no Brasil. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 221-248, jul./dez. 2014.
- LEAL, I. O. J.; NOVAES, I. L. O diretor de escola pública municipal frente às atribuições da gestão administrativa. **Regae: Revista Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria v. 7 n. 14, p. 63-77, jan./abr. 2018.
- MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 1.180, de 28 agosto de 2008. Dispõem sobre as diretrizes e orientações para implantação, manutenção e atualização do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2008.
- OLIVEIRA, A. C. P. de; PAES DE CARVALHO, C. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-18, jul./dez. 2018.
- SOARES, T. M.; TEIXEIRA, L. H. G. Efeito do perfil do diretor na gestão escolar sobre a proficiência do aluno, **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 155-186, maio/ago. 2006.
- TAVARES, A. M. B. N; SANTOS, F. A. A; SANTOS, L. A. S. Políticas públicas, educação escolar e educação profissional: apontamentos sobre as reformas a partir de 1990. **HOLOS**, Natal, v. 2, n. 36, p. 1-11, jul./dez. 2020
- VILARDI, L; PAES DE CARVALHO, C. Diretores escolares e o uso dos dados do Simade em escolas da rede estadual de educação de Minas Gerais. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, set./dez. 2019.